

KOJÈVE, Alexandre. **La notion de autorité**. Paris: Gallimard (col. TEL), 2004 (nova impressão, outubro de 2019).

*Leonardo Maia**

Alexandre Kojève, de origem russa, radicou-se na França em meados da década de 20 do século passado. Proferiu, durante quase toda a década seguinte, na *École pratique des hautes études*, em Paris, um curso sobre a *Fenomenologia do espírito*, de Hegel, que se tornou icônico, reunindo a nata da intelectualidade francesa, de Bataille a Queneau, de Merleau-Ponty a Lacan. A fortuna filosófica de Kojève, contudo, não foi das mais expressivas, diferentemente da de boa parte de seus discípulos, e após a Segunda Grande Guerra, ele acabou por se reposicionar como alto funcionário do estado francês, apenas eventualmente retomando a reflexão teórica, ou mesmo, mais raramente, a participação pública em questões de natureza filosófica.

Talvez por isso, a sua obra longe está de ter um reconhecimento condizente com a sua originalidade, e no Brasil, podemos dizer que essa situação é ainda pior. Passados mais de 50 anos de seu desaparecimento, Kojève permanece como um autor ausente entre nós, pouco lido, pouco comentado.

Nesse caso, uma resenha de um de seus livros é também ocasião de oferecer alguma apresentação mais geral de seu pensamento, que possa servir de convite à sua leitura. E o que caberia indicar como razões para a necessária retomada da obra de Kojève? Dentre as primeiras, sem dúvida, deveríamos considerar a visível recuperação da teoria hegeliana nos dias que correm, por autores que buscam religar-se a certos temas presentes no filósofo alemão, e talvez em particular, como uma questão de fundo, a um tipo de concepção da diferença entendida em espectro ampliado (social, político, cultural...), que encontra clara inspiração no pensamento de Hegel. Poderíamos citar, nesse caso, Zizek, Butler, ou no Brasil, Safatle, dentre outros. Em chave conceitual, diríamos que se intenta nesses autores a retomada, em contraponto em especial aos legados da filosofia da diferença francesa, de uma versão da diferença que se vê de novo às voltas com termos que os principais integrantes daquele movimento, por décadas, buscaram cuidadosamente evitar, e sobretudo contra Hegel, tais como a negatividade, a representação, o reconhecimento, etc. Termos que, como sabemos, encontram hoje franca circulação na filosofia social e política.

* Professor da Faculdade de Educação da UFRJ. Pós-doutorado em Filosofia pela Université Paris 8. Doutor em Filosofia pela PUC-Rio. E-mail: leomaiabm@gmail.com

Sendo Kojève um dos ‘pais’ do hegelianismo contemporâneo, alguém que, como poucos, dá cara a um Hegel atual (ainda que alterado, e ‘interpretado’), a retomada de suas concepções filosóficas é já por isso desejável, senão incontornável.

Lidas sob esse prisma, cada uma de suas teses e hipóteses se reveste já de imediata ‘contemporaneidade’, e não é diferente em relação ao tema da autoridade.

Parece-nos que toda a filosofia de Kojève se constitui como um conjunto de variações em torno de um tema central, ou mesmo único. Como se sabe, a grande originalidade do famoso curso de Kojève em Paris (e algo que, ao mesmo tempo, foi objeto de variadas críticas, por uma possível excessiva liberdade interpretativa da sua parte) está no privilégio conferido por ele à figura conceitual da dialética do senhor e do escravo. Presente na *Fenomenologia* hegeliana, mas de forma quase lateral, Kojève concede a esse par dramático um papel absolutamente central na construção dessa obra, fazendo depender dele o correto entendimento dos propósitos de Hegel para a própria *Fenomenologia*.

Pois bem, essa ‘criação’ kojeviana, esse *leit-motiv* da dialética do senhor e do escravo, será de certo modo revisitado por ele em todas as suas produções subsequentes, seja nas obras de caráter mais decididamente filosófico (dedicadas, via de regra, à interpretação de Hegel), seja nas obras de cunho político ou geopolítico, que sobretudo ele elabora já na condição de funcionário de Estado. De algum modo, é sempre essa a questão central: quem é mestre (ou escravo)? O que torna alguém mestre (ou escravo)? Como se dão efetivamente as relações entre ambos?

A correta apreciação dessa figura dual permite compreender não apenas as relações humanas, entre indivíduos (conforme os elementos do desejo, da violência e do risco, da busca por reconhecimento, dos processos de oposição e negação etc), como mesmo aquelas entre países, ou continentes (veja-se por exemplo, a conferência pronunciada por Kojève em Düsseldorf, em 1957).

Esse texto sobre a noção de autoridade, redigido por Kojève em 1942, no período em que se encontra em Marselha, durante a invasão da França pela Alemanha, parece ser, mais uma vez, uma variação dessa figura-matriz. Considerados os possíveis desdobramentos da relação senhor-escravo, parece mesmo natural que a concepção de autoridade seja em algum momento interrogada. O que confere a alguém Autoridade? A posição do senhor deverá envolver necessariamente tal noção, e sob que forma? A única autoridade possível seria a do Senhor? Voltamos, de algum modo, ao problema de sempre, e, mesmo que a questão da autoridade ganhe complexidade no texto, poderíamos formular a pergunta que parece desencadear a construção dessa obra em termos correlatos ao universo habitual kojeviano: quem é Senhor, e por que? (a clara vinculação do tema da autoridade à concepção hegeliana da dialética senhor-escravo encontra-se evidenciada, em particular, às páginas 70 a 72).

O tema da autoridade pode ser lido, no texto, sob enfoques diversos. Sobretudo, porque Kojève combina, como lhe é bastante característico, duas modalidades de análise. Há um esforço de apresentação analítica aprofundada (nesse sentido, a noção de autoridade é visada sob três grandes enfoques – fenomenológico, metafísico e ontológico), mas por outro lado, ao longo de toda a obra, Kojève dá expressão a uma série de ‘insights’ ou intuições quase aforismáticos, muitas vezes não ultrapassando a extensão de um parágrafo, mas que se mostram no mínimo tão decisivos para a compreensão da extensão e relevância do problema da autoridade quanto os trechos mais desenvolvidos. Ou seja, há que se combinar na avaliação e interpretação da obra, como o faz o próprio Kojève ao escrevê-la, essas duas ‘estratégias’ textuais. Ler os argumentos principais, mas também os seus curtos escólios e suas entrelinhas. Às vezes, é sobretudo nesses que o sentido do texto se afirma maior...

Alguns aspectos decisivos na obra merecem ser destacados:

1) ela é escrita em meio a uma guerra conduzida por um Führer cuja ‘autoridade’ parece ser então total, como condutor político e líder guerreiro de um dos países de maior importância no continente europeu. O texto de Kojève não faz nenhuma grande menção a esse processo, e evoca apenas uma ou outra vez os principais atores da grande guerra em curso. Mas ele pode ser pensado em separado do sentido histórico que se abre diante dele, com a guerra, e do seu enorme impacto contemporâneo?

2) Kojève inicia o texto considerando que a noção de autoridade mereceu poucas análises até ali. O texto se constrói assim, em boa parte, como uma recuperação dessas concepções anteriores (em Platão, Aristóteles, na teologia medieval e, como dissemos, sobretudo, em Hegel), mas certamente o seu intuito não é o de buscar nem uma precisão histórico-filosófica sobre esse tema, nem tampouco renovar ou atualizar essas concepções anteriores. Ao mesmo tempo, Kojève parece considerar o certo ineditismo de sua empreitada como a razão essencial a justificar a escrita do texto, mas em um momento em que, curiosamente, ele detecta ainda o declínio da própria noção de autoridade. É um texto sobre uma noção, um conceito que morre. A genealogia de um declínio, portanto? A heurística de uma derrocada? Ou não? E com que implicações?

3) Kojève configura o tema da autoridade envolvendo quatro diferentes tipologias. Ele escapa, com isso, às tradicionais figuras duais (ricos x pobres, capital x trabalho, opressor x oprimido...) ou tripartites (da tradicional apresentação das formas de governo - por um, por alguns ou por todos, até a teoria das três funções de Dumézil), que se mostram recorrentes na representação das relações sociais e políticas. São quatro, então, as figuras ou ‘tipos’ da autoridade, para ele: o Pai, o Chefe, o Senhor, o Juiz.

4) Essas quatro figuras são consideradas por ele tipos ‘puros’. A elas, Kojève faz corresponder seja um autor preferencial, responsável pela sua fixação inicial, seja um princípio, seja mesmo uma qualidade temporal própria.

Assim, resumidamente, teríamos o seguinte quadro:

Autoridade	Autor que formula	Princípio	Temporalidade característica
Juiz	Platão	Justiça - Equidade	Eterno
Chefe	Aristóteles	Previsão - Projetar	Futuro
Pai	Teologia medieval	Causa - Origem - Tradição	Passado
Senhor	Hegel	Risco - Ação - Transformação	Presente

5) Esses tipos ou figuras de autoridade evidentemente podem se combinar e de fato se combinam entre si, atravessam-se uns aos outros, e se encontram em planos os mais diversos, como o político, o religioso, e o jurídico.

A parte dedicada às ‘Deduções’ do trecho inicial, das diferentes análises, é talvez a mais interessante da obra. Ali, Kojève procura de forma mais definitiva vincular o tema da autoridade ao campo político, indicando que a ideia mesma de poder político se confunde com a de autoridade. Vários dos termos marcantes do pensamento político moderno e contemporâneo são então por ele analisados em ligação ao tema da autoridade, o que reforça, novamente, a atualidade de todo o texto. Poder (e divisão dos poderes), Estado, democracia, indivíduo, massa, maioria e minoria, vontade geral etc. De sorte que a leitura do texto kojéviano se torna marcadamente relevante em relação à quase totalidade dos temas presentes no debate político atual.

Nesse sentido, passamos então a algumas considerações finais.

Em um período em que o debate político parece se marcar por variações em torno do tema central maior da alteridade, é de se perguntar qual ainda a relevância de um conceito como o de autoridade. Face a um exercício da política que se pretende redefinir crescentemente como horizontal, minoritário, inclusivo, identitário e plural, faz sentido procurar ainda retrair o político à noção de autoridade?

Com efeito, a luta política presente, própria ao atual momento histórico, não configura, precisamente, um desviar da autoridade, uma elisão dessa noção mesma? A exigência da *alteridade* não implica, por si mesma, uma luta anti-autoridade, anti-autorizações de qualquer espécie? Pois o que resta do outro, se ele restar submetido a uma autoridade que não é nem provém dele mesmo? *Autos* e *alter* são, aparentemente, princípios ou elementos de todo contrários.

O texto de Kojève não configuraria, nesse caso, um claro anacronismo aos rumos que o debate político assume, no intervalo de sessenta anos entre a sua elaboração e publicação? Escrito em meio ao terrível quadro da segunda grande guerra, ele foi sucedido, enquanto aguardava a sua publicação tardia, por alguns eventos capitais. Da atenção às questões ecológicas à ascensão do neo-liberalismo e de um capitalismo de novo extremado, da consolidação das minorias políticas à queda do muro de Berlim e à dissolução da União Soviética, do maio de 68 às sucessivas redefinições geopolíticas do planeta no pós-guerra. Em meio a tudo isso, a noção de autoridade falaria ainda para o nosso tempo? Mas como? Ela não seria o grande alvo contra que se bater e a se ultrapassar?

Ao contrário do que buscaram sugerir algumas apresentações do texto feitas quando de sua publicação, em 2004, não nos parece que Kojève seja um defensor anacrônico da necessidade da autoridade. Na verdade, Kojève poderia ser melhor definido como um realista estrito, na linhagem de Maquiavel. Ele busca descrever a verdade factual do que vê (mesmo que acresça boa dose de forças e processos não de todo 'visíveis' à quilo que vê). Assim, de forma antecipada e aguda (e, lembre-se, em meio a uma guerra até aquele momento vencida pela liderança totalitária, portanto hiper-autoritária, do Führer), sua descrição privilegia o desvelar de uma crise da autoridade que outros verão apenas depois (e que se dá seja pela ascensão burguesa moderna, pelos limites da democracia (por ele aproximada da escolha por sorteio), pela política construída e marcada por uma pedagogia de propaganda etc).

E, nesse momento de apagamento da autoridade, é hora, portanto, de se interrogar seja sobre a sua natureza, e sobre as condições da sua eventual continuidade ou, por outra, sobre a vida em um mundo definitivamente 'pós-autoritário', privado de autoridade, com implicações não apenas sobre a nossa vida política e social, mas mesmo, talvez, sobre questões filosoficamente bem mais amplas. São esses questionamentos, em especial, que conferem grandeza ao ensaio kojéviano. Passemos a alguns deles, que nos parecem dos mais decisivos para a compreensão da interpretação kojéviana da política e do papel exercido pela função de autoridade nesse campo:

1) A ideia de que a autoridade é um tipo de situação relacional que não implica o amor ou a força, ou mesmo, que os exclui necessariamente. Dentre as definições que apresenta do conceito de autoridade, talvez a mais interessante seja essa 'definição negativa', que ele indica sem aprofundar: a autoridade é um 'terceiro' elemento de relação social e política. A autoridade se apresenta e se impõe, assim, de um 'terceiro modo', que não é nem o da coerção (pela força), nem o da espontaneidade (do amor). Contudo, ela não

é tampouco a condição de adesão do ‘homem livre’ que, ao menos desde a experiência democrática ateniense é capaz de agir livremente porque esclarecido (como se mostra, por exemplo, na célebre *Oração fúnebre* de Péricles, recontada por Tucídides). A liberdade do agente não parece estar aqui envolvida em relação à autoridade (o termo ‘liberdade’ e outros que lhe são próximos, como autonomia, são, de resto, pouco presentes no texto). Nesse caso, talvez porque em relação à autoridade, o agente não aja ‘fora de si’ (como no caso da coerção ou do amor), mas tampouco aja a partir de si, apenas por si. Que tipo de vínculo (político, social, psicológico) promove então a autoridade?

2) A ideia de que a experiência da ‘revolução burguesa’ que marca a modernidade é, afinal, promotora de uma *ausência do Pai*, responsável pela supressão da forma/função de autoridade anteriormente vinculada à figura de tipo paterna, do tipo do Pai (seção ‘Deduções’). Esse aspecto parece-nos absolutamente decisivo, e mereceria ser contraposto a várias das interpretações contemporâneas que procuram associar política e psicanálise. Nesse caso, como a noção de autoridade se relaciona com as figuras do desejo, do narcisismo, da psicologia de massas, dentre outras?

3) Enfim, anatem-se questões que não são senão insinuadas por Kojève, sem maiores desenvolvimentos, mas que dão a pensar quanto ao sentido filosófico maior dessa pequena obra. Nesse caso, a autoridade aparece como um elemento misto, ambíguo, ao mesmo tempo causa/efeito de vários dos principais processos a marcar a condição humana, inclusive no plano teórico, implicando situações que pensaríamos de todo alheadas a esse tema. Assim, por exemplo, na ontologia, ou em questões tipicamente metafísicas ou epistêmicas, tais como as da origem ou da causalidade, que Kojève chega a identificar à ideia mesma de autoridade de tipo ‘paterna’; mesmo na concepção do Ser, enquanto fundação, enquanto elemento original, enquanto causa ou nascimento/transmissão, apresenta-se, de modo particular, a figura ‘autoritária’ do Pai. Ou ainda, na nossa percepção da temporalidade. Como vimos, a figura do Pai organizava, sob o aspecto da tradição, o nosso vínculo com o Passado, a figura do Chefe permitia prever e projetar o Futuro, o Senhor respondia pelas ações e transformações no Presente, e a do Juiz implicava nada menos que as relações com o Eterno.

Quem organizaria o tempo e a temporalidade na absoluta ausência da autoridade? Qual o sentido do Ser em um mundo pós-autoritário?

4) Por fim, é de se notar a quantidade de ideias que se sucedem no texto, infelizmente nem sempre desenvolvidas por Kojève de forma mais detida, mas que ainda assim revelam todo a sua inventividade e agudeza. Kojève é sempre um autor elíptico, que antes descortina questões do que as responde. Mas, não estaria ele vendo na noção de autoridade um princípio organizativo maior da própria vida humana, em todas as suas instâncias, inclusive quanto a Ser e Tempo? O declínio da Autoridade, nesse caso, representaria o que exatamente? Uma falência em última análise da própria condição humana como a

conhecemos? E o que seria, então, um mundo radicalmente experimentado sob a categoria da pós-autoridade?

Brevemente, talvez se explique aí, como indicávamos acima, ao menos parte do espírito que anima os atuais ‘neo-hegelianos’, e que certamente deveria envolver também algum ‘retorno’ a Kojève: se a filosofia dedica-se cada vez mais ao presente, e se, de forma rigorosa, talvez não seja possível considerar uma verdadeira ontologia desse mesmo presente (enquanto ‘presente’, apenas), mas senão, em sentido estrito, nada mais do que uma fenomenologia, então o que deverá preenchê-la (a essa fenomenologia ‘não-ontológica’), como se presume, é algum tipo de ‘complemento’, seja a vinculação militante a alguma causa ‘regional’ (ecológica, de gênero, de minorias etc), que de algum modo ‘completaria’ o presente no que ele tem de lacunar e ainda irresolvido; ou, por outra, do ponto de vista conceitual, operar-se-ia a retomada de construções de natureza totalizante, totalizadora (daí tal retorno a Hegel), procurando encontrar na história ou em alguma outra forma de Absoluto (mesmo que com ‘a’ minúsculo, mesmo sob a forma de uma ‘identidade’ eventual) as condições para se elaborar de forma conceitualmente mais rigorosa a relação entre tal fenomenologia (do presente) e as outras direções que decerto lhe escapam ou transcendem.

A questão, dentre outras várias que se poderia apontar aqui, é se Heidegger, em algum momento, não se apresentará como uma 'nova' solução aos problemas que, no fundo, aí se levantam.

Por outro lado, uma concepção livre da diferença, isto é, não-mediada, permitiria evidenciar melhor aquilo que ela guarda de verdadeiro devir, e de intensidade desejanter. A diferença, em sua relação com o devir e o desejo, *como devir e desejo*, expõe os claros limites dessas formulações neo-hegelianas, ao não conseguirem supor uma concepção não-dialética (e, portanto, não-negativa) da diferença. Uma diferença afirmativa e criativa parece ser então ainda a melhor alternativa (ou a única, no sentido estrito desse termo, *alternativa*) a tal concepção mitigada de uma diferença ao mesmo tempo autoritária e autorizada.

Como bem apontado por Vincent Descombes, em passagem recuperada por François Terré em sua apresentação ao texto kojéviano, a noção mesma de dialética (e, portanto, de forma mais geral, toda filosofia ‘negativa’) só pode manter um sentido presente se ela cumpre um itinerário semelhante: “um pensamento que se quer dialético tem, por definição, de desencadear um movimento da razão na direção do que lhe é fundamentalmente estrangeiro, em direção ao *outro*: toda a questão é então de saber se, nesse movimento, é o *outro* que terá sido reconduzido ao *mesmo*, ou bem se, para abraçar simultaneamente o racional e o irracional, o *mesmo* e o *outro*, a razão terá tido de se metamorfosear, de perder a sua identidade inicial, de *cessar de ser a mesma* e se fazer *outra com o outro* (**Le Même et l'Autre**. Quarante-cinq ans de philosophie française (1933-1978), Editions de Minuit, Paris, 1979, p. 21-22).

Nesse caso, não se pode prescindir da referência à etimologia mesma do termo ‘auctoritas’, cuja raiz latina é comum a ‘auctor’ (de onde, mais tarde, autor). *Auctor* é, inicialmente, aquele que cresce, que faz crescer ou aumentar (em princípio, em sentido mais estritamente econômico, quanto aos bens e posses). Contudo, a aproximação entre ‘autor’ e ‘aumentar’, como já considerava Benveniste, soa inusual, ligando o “eminente sentido político e religioso do termo *autor*” apenas a *aumentar* e *acrescer*.

Como aponta então Compagnon, seguindo a lição de Émile Benveniste,

Se as noções de *auctor* e *auctoritas* [...] se conciliam mal com o sentido de ‘aumentar’, que é o de *augeo*, é porque muito provavelmente o sentido primeiro do verbo não era esse. Em indo-iraniano, a raiz *aug-* designa a força, notadamente divina, ‘um poder de uma natureza e de uma eficácia particulares, um atributo que detêm os deuses’. Mas em latim, qual o sentido próprio do termo primeiro, que possa explicar suas derivações? Se *auctor* não pode derivar, verossimilmente, do sentido frágil de ‘aumentar’ (de *augeo*), o sentido profundo e essencial do verbo permanece entretanto à sombra. *Augeo* se traduz por ‘aumentar’ em latim clássico, mas não no início da tradição. O sentido clássico corrente de ‘aumentar’ é ‘acrescer o que já existe’. Ora, *augeo*, em seus empregos antigos, indica não o fato de crescer, mas o ato de produzir fora de seu próprio seio, o ato criador que faz surgir, que é o privilégio dos deuses e das forças naturais, não dos homens. Em Lucrécio, o verbo remete assim ao ritmo dos nascimentos e das mortes. (Antoine Compagnon, Cours – Quatrième leçon: Généalogie de l’autorité. In: **Fabula** – La recherche en littérature. Disponível em: <https://www.fabula.org/compagnon/auteur4.php>. Consultado em 28/12/2019).

Enfim, como anota então Émile Benveniste, *auctoritas* se reveste de um sentido muito mais amplo e potente: “Toda palavra pronunciada com a *autoridade* determina uma mudança no mundo, cria alguma coisa; essa qualidade misteriosa é o que *augeo* exprime, o poder que faz surgir as plantas, que dá existência a uma lei. [...] Vemos que ‘aumentar’ é um sentido secundário e enfraquecido de *augeo*. Valores obscuros e potentes permencem nessa *auctoritas*, esse dom reservado a poucos homens de fazer surgir alguma coisa, e - literalmente - de produzir à existência’ (Émile Benveniste, **Le vocabulaire des institutions indo-européennes**, II: Pouvoir, Droit, Religion. Paris: Éditions de Minuit, 1969, ap. 148-151).

O ‘auctor’ seria assim uma espécie de quinta figura, de quinta expressão, atravessando centralmente os outros quatro tipos kojévianos, desvelando a criação e a recriação de mundos como seu traço comum, fazendo da criação mesma o principal atributo da ‘auctoritas’?

Seria outra a concepção de autoridade preconizada por Kojève?

Recebido em: 30 de novembro de 2019.
Aprovado em: 15 de dezembro de 2019.